

A DINÂMICA DO CAPITAL NO MEIO AMBIENTE: a fragilização das políticas ambientais no governo Bolsonaro

Bianca Duailibe Alves¹

Mariana Cavalcanti Braz Berger²

RESUMO:

A relação entre humanidade e natureza na sociedade capitalista se configura de maneira alienada e destrutiva. Este artigo objetiva refletir sobre as determinações da questão ambiental a partir da dinâmica do capital, indicando a falácia do desenvolvimento sustentável sob o sistema capitalista e como o governo de Bolsonaro firmou-se de maneira adequada ao desmonte das políticas ambientais, favorecendo o processo de espoliação da natureza. A metodologia centra-se em uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo. Assim, determina-se que as práticas predatórias do capital no meio ambiente aprofundaram os dilemas socioambientais e o processo de ruptura do metabolismo.

Palavras-chave: Capitalismo; Políticas ambientais; Governo Bolsonaro.

ABSTRACT:

The relationship between humanity and nature in capitalist society is configured in an alienated and destructive manner. This article aims to reflect on the determinations of the environmental issue based on the dynamics of capital, indicating the fallacy of sustainable development under the capitalist system and how Bolsonaro's administration has established itself in a way that is adept at dismantling environmental policies, favoring the process of plundering nature. The methodology focuses on a bibliographical research, of a qualitative nature. Thus, it is determined that the predatory practices of capital in the environment have deepened the socio-environmental dilemmas and the process of metabolic disruption.

Keywords: Capitalism; Environmental policies; Bolsonaro government.

¹ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Maranhão. E-mail: bianca.duailibe@discente.ufma.br.

² Docente do Departamento de Serviço Social na Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Políticas Públicas/UFMA. E-mail: mariana.braz@ufma.br.

1 INTRODUÇÃO

Diante do modo de produção da sociedade capitalista, a exploração da natureza tem ocorrido de maneira intensificada, expressando o aprofundamento da crise do capital no meio ambiente. A partir do século XXI, a questão ambiental se ancorou no centro das agendas políticas internacionais e nacionais, haja vista esse desafio impacta diretamente nas determinações sociais, econômicas e arquitetônicas.

O acervo ecológico marxiano e marxista traz reflexões necessárias para perceber como a relação natureza e humanidade está presente no modo de produzir a vida material. Conforme apresentam Silva e Gennari (2020, p. 22), a história da humanidade perpassa a constituição da história de sua relação com a natureza “e quanto mais avançada a sociedade tecnológica, mais íntimas e mais exigentes se tornam as inter-relações entre seres humanos e natureza”. Desse modo, à proporção que a sociedade se empenha para satisfazer suas necessidades básicas e os anseios da humanidade, surgem novas demandas que são postas ao meio ambiente (Silva; Gennari, 2020).

De acordo com Viana (2016), o modo de produção capitalista constituiu uma relação destrutiva com a natureza, vez que o processo de devastação ambiental promovido pela acumulação de capital é inexorável. Assim, nos moldes da sociedade capitalista, as ações projetadas pelas políticas estatais e iniciativa privada, em favor de um “desenvolvimento sustentável” aliado a estrutura do capital, podem apenas alterar, de maneira irrisória, o grau e a velocidade da destruição socioambiental.

Este estudo objetiva uma análise crítica acerca da dinâmica predatória do capitalismo sobre o meio ambiente. Apresenta como as tendências tecnológicas da ordem burguesa de capitalizar em torno de uma suposta sustentabilidade, se caracterizam como artefatos manipulados pelo capital. Para além, a ascensão da extrema direita expõe os abusos do capitalismo selvagem na constituição da relação sociedade x natureza, sucedendo em inúmeras violações socioambientais e retrocedendo os poucos avanços legislativos no âmbito das políticas ambientais.

Dessa maneira, analisamos o desenvolvimento da relação humanidade x natureza a partir das determinações do modo de produção capitalista, a partir da concepção de metabolismo social e ruptura metabólica designado por Marx. Este trabalho também reflete sobre as implicações da questão ambiental inseridas na dinâmica capitalista, questionando o padrão de sustentabilidade sob a perspectiva do capital. Além disso, apresenta as determinações

das políticas ambientais no governo Bolsonaro, pautadas no retrocesso das políticas públicas ambientalistas.

A metodologia deste artigo centra-se em uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa. O estudo está estruturado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. No que se refere a primeira seção elaborou-se breves apontamentos sobre a relação entre o ser humano e a natureza desenvolvido no modo de produção capitalista a partir das contribuições marxiana e marxistas. A segunda seção apresentou as contradições da formulação da proposta de desenvolvimento sustentável sob a dinâmica capitalista. A terceira seção discutiu sobre o processo de desmonte das políticas ambientais no governo Bolsonaro, caracterizando uma gestão antiambientalista.

2 METABOLISMO SOCIAL E RUPTURA METÁBOLICA: breves considerações ecológicas sob a ótica marxiana e marxista

A consolidação da sociedade burguesa integra-se para atender uma lógica produtivista. Marx e Engels ao fundamentarem suas análises sobre a sociedade burguesa, evidenciaram transformações sociais, econômicas e ambientais estabelecidas por esta dinâmica social. A relação entre capital e trabalho, assim como a relação entre humanidade e natureza, representam a base teórica do entendimento de Marx acerca das relações de produção capitalista.

Foladori (2001), retoma em Marx a concepção de que não é a unidade do ser humano e a natureza que requer explicação, haja vista essa relação é parte da natureza química e física, mas o que se deve elucidar é

O processo histórico por meio do qual se separa – aliena-se – a existência humana dos condicionantes naturais necessários para reproduzir-se. O que Marx irá explicar por meio de seu método – o materialismo histórico – são as formas como se vai modificando e se rompendo esse metabolismo com a natureza (Foladori, 2001, p. 107).

Conforme apresenta Grespan (2021), a distribuição dos meios de produção, a exemplo da terra e/ou as ferramentas de trabalho, se apresenta como alicerce para que os seres humanos assegurem a reprodução de suas condições sociais, de modo que atenda suas necessidades básicas. Desse modo, Marx indica que a natureza “é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual [o trabalho] produz” (Marx, 2010, p. 81).

[...] o trabalho é a fonte de toda riqueza. Ele é isso – ao lado da natureza que lhe fornece o material que ele transforma em riqueza. Porém, ele é infinitamente mais que isso. Ele é a primeira condição fundamental de toda vida humana, e em tal grau que em certo sentido devemos dizer: ele criou o ser humano como tal (Engels, 2020, p. 337).

Marx desenvolveu a definição de metabolismo social “para descrever a relação humana com a natureza por meio do trabalho” (Foster, 2023, p. 230). De acordo com Foster (2023, p. 231), Marx aplicou o conceito de metabolismo em dois aspectos, no qual o primeiro consistia em “se referir a interação metabólica real entre a natureza e a sociedade por meio do trabalho humano” e a outra perspectiva consiste em “descrever o conjunto complexo, dinâmico e interdependente de necessidades e relações criadas e constantemente reproduzidas em forma alienada sob o capitalismo e a questão da liberdade humana que isso levantava”.

A teoria marxiana do metabolismo, conforme aponta Mészáros (2016), leva em conta três elementos fundamentais para produção da vida social: humanidade – trabalho/produção – natureza. Os seres humanos inevitavelmente mediam seu relacionamento com a natureza através do trabalho-produção. No entanto, a sociedade moderna de classes desenvolve um conjunto de mediações de segunda ordem relacionado à troca de mercadorias, ocasionando em uma nova interação tríade, que se torna alienada: humanidade alienada – trabalho alienado/produção – natureza alienada, o qual é justaposto ao primeiro (Foster; Clark, 2020).

Compreende-se que o desenvolvimento das forças produtivas do capital está atrelado à extração de recursos naturais e da expropriação do trabalhador. Conforme apontam Paiva; Souza e Cardoso (2021, p. 107), “a terra e o trabalho são as fontes originárias de toda a riqueza e a separação entre o trabalhador dos seus meios de trabalho e da terra foi o primeiro passo para desabrochar o capitalismo”.

Tendo em vista que o capital objetiva acima de tudo a produção de mercadorias para extração de mais-valor produzido pelo trabalho. De acordo com a dinâmica da sociedade capitalista a terra destaca-se como componente essencial e contraditório (Paiva; Souza; Cardoso, 2021).

Por um lado, o modo de produção capitalista, ao separar terra e trabalho como propriedades privadas individuais, se desvincula da natureza como meio direto de produção das mercadorias e da vida humana, buscando autonomizar-se enquanto um sistema produtor de valor. Por outro lado, o vínculo entre terra e trabalho revela-se inseparável nas relações humanas de produção, pois somente a terra, como fonte de recursos e meio de trabalho, pode fornecer determinados bens ou condições essenciais a essa produção (Paiva; Souza; Cardoso, 2021, p. 107).

Assim, as contradições impostas pelo modo de produção da sociedade burguesa promovem o processo de ruptura do metabolismo entre o ser humano e a natureza, ou seja, o capitalismo ocasiona a ruptura do metabolismo social. Araújo e Silva (2021, p. 160), descrevem que a ruptura metabólica é “resultante do modo particular de desenvolvimento da sociabilidade burguesa em sua fase madura”.

A partir da concepção de ruptura metabólica, verifica-se que, sob o domínio do capital, o metabolismo social passa por uma fratura que se desenvolve pela separação dos produtores diretos de suas condições materiais e culturais de produção de necessidades vitais. A necessidade de expansão e acumulação de capital, as implicações da dinâmica do modo de produção capitalista no meio ambiente representam o processo de devastação e espoliação dos recursos naturais e do solo. Assim, a destruição da natureza promovida pelo capital está fazendo com que a humanidade enfrente os limites do planeta Terra.

3 DETERMINAÇÕES DA QUESTÃO AMBIENTAL NO SISTEMA CAPITALISTA: críticas ao “desenvolvimento sustentável” sob a égide do processo de acumulação de capital

Diante da crise ambiental global, surgem novas propostas dominantes nas discussões que versam sobre a questão ambiental, no entanto, além dessas determinações não questionarem o modo de produção capitalista, aprofundam ainda mais o processo de crise ecológica ao tentar reproduzir a esse modo de produção um aspecto sustentável. Com esse intuito, a concepção de sustentabilidade tornou-se imprescindível para a reprodução do capitalismo no século XXI (Damasceno, 2024).

De acordo com Damasceno (2024), a concepção de sustentabilidade surgiu em março de 1972, no documento “Limites do Crescimento”, no modo de um equilíbrio global necessário e sustentável. O referido documento foi patrocinado pelo Clube de Roma, associação criada no ano de 1968 por um grupo de empresários, cientistas e altos executivos de empresas. O documento estabelecia que o equilíbrio global só poderia ser alcançado se fossem limitados o crescimento econômico e o crescimento da população.

Entretanto, apenas em 1987, com a criação do Relatório de Brundtland, documento intitulado como “Nosso Futuro Comum” que se desenvolveu o conceito de *desenvolvimento sustentável*, sinalizando que “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às

necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (Brundtland, 1991, p. 46, *apud* Kruse; Cunha, 2022, p. 9).

Conforme analisa Nunes e Pereira (2024, p. 62), o Relatório de Brundtland foi determinado por meio de “pactos, acordos e compromissos entre organismos multilaterais, governos, empresários, bancos, organizações não governamentais (ONGs) e movimentos sociais”. De acordo com a organização formuladora, o desenvolvimento sustentável, com objetivos e metas ao serem atingidas até 2030 compõe a estratégia que se pode combinar a expansão do capitalismo e sustentabilidade socioambiental.

Elaborado de acordo com a perspectiva do capital, o desenvolvimento sustentável não se opõe aos processos de mercadorização do meio ambiente, restringindo-se a apontar transformações tecnológicas e comportamentais, sem modificar as relações sociais nas quais apresentam-se as determinações mais profundas da questão ambiental (Nunes; Pereira, 2024). Segundo Zacarias (2012, p. 138), para a concepção hegemônica, os problemas relacionados ao meio ambiente são encarados de maneira técnica. A técnica é analisada “fora de um marco de sistema de relações sociais ou modo de produção. Portanto, nessa visão, as tecnologias são neutras, e não resultado das relações sociais”.

Zacarias (2012, p. 138-139) indica que os problemas relacionados a questão ambiental são apresentados sob uma ótica conservadora, priorizando a técnica como solução. Desse modo, “quando se recorre à tecnologia como única solução no enfrentamento dos problemas ambientais, finge-se não ser necessário alterar as relações sociais de produção da sociedade capitalista, o que dá origem a um pensamento mágico”.

Uma das alternativas propostas pelo capital no enfrentamento às questões ambientais, se refere a economia verde. Este projeto

[...] foca as mudanças climáticas globais e discute temas como economia de baixo carbono, eficiência energética e energia renovável. A economia verde vem sendo considerada pelo capital como uma excelente oportunidade de criação de novos negócios para as empresas e um novo fluxo de recursos financeiros (Zacarias, 2012, p. 140).

Assim, a expansão das tecnológicas designadas pelo capitalismo verde, demonstra a impossibilidade do segmento de um capitalismo sustentável, haja vista que o processo de acumulação de capital é antagônico ao processo de metabolismo da natureza, tendo em vista que a expansão do capitalismo necessita diretamente da exploração intensa da natureza.

4 POLÍTICAS AMBIENTAIS NO GOVERNO BOLSONARO: o predomínio da agenda ultraneoliberal no meio ambiente no Brasil

A negligência do governo Bolsonaro em relação as políticas ambientais e o desprezo no desenvolvimento de ações para redução e prevenção climática indicam a omissão e o negacionismo de uma gestão descompromissada com o fortalecimento de políticas públicas ambientalista, favorecendo o avanço da destrutividade do capital no meio ambiente e ampliando as vulnerabilidades socioambientais enfrentadas no país.

Conforme Nunes e Pereira (2024), enquanto Bolsonaro era candidato, o ex-presidente já demonstrava em sua campanha eleitoral um projeto ultraneoliberal baseado em uma negativa de qualquer forma de controle ambiental sobre o mercado. Dessa maneira, a questão ambiental retrocedia ao período do Brasil desenvolvimentista, assinalado pela Ditadura Militar nos anos de 1970.

Negar a problemática ambiental hoje, em nome da liberdade de mercado, exige recorrer novamente ao autoritarismo capaz de vendar os inconvenientes olhares atentos e silenciar vozes que denunciam a insustentabilidade do desenvolvimento capitalista em nosso país. [...] O desenvolvimento sustentável ostenta aparência de civilidade. A rusticidade de Bolsonaro, sua completa rejeição a essa ideologia desde a campanha eleitoral, traduz o aprofundamento da decadência ideológica, mobilizada para sustentar os interesses da classe dominante (Nunes; Pereira, 2024, p. 64).

Para além do discurso antiambiental, a partir de 2019, as medidas das políticas ambientais no Brasil assumiram compromisso com lobbies antiambientalistas. O desmonte na agenda ambiental se articulou em diversos aspectos:

[...] na base legal, no descumprimento das normas, no sucateamento das estruturas de implementação, na intimidação dos servidores públicos e do pessoal qualificado, na indisponibilidade de recursos para ação, na sabotagem à produção e à disseminação de dados, na negação de dados e fatos cientificamente comprovados e na promoção de pseudociência e de falsas controvérsias acadêmicas (Fonseca; Bursztyn; Lindoso; et. al., 2023, p. 127).

De acordo com Silva e Simião (2024), a postura e o posicionamento do governo Bolsonaro expunham a deslegitimação das pautas socioambientais, validando a devastação do meio ambiente para expansão de grandes projetos, cujos principais setores correspondiam ao da agropecuária, mineração, turismo predatório em áreas sustentáveis, dentre outros.

No Governo Bolsonaro, foi grave a situação da degradação ambiental no Brasil, por um conjunto complexo e diversificado de fatores: tanto pelas mudanças climáticas, pela intervenção destrutiva do setor produtivo, pelas queimadas criminosas, dentre outras questões. Mas, a inação estatal, contribuiu decisivamente para seu agravamento (Silva; Simião, 2024, p. 8).

Em sua estratégia de fragilização das políticas ambientais, as articulações do governo Federal viabilizavam a extinção ou deslocamento de órgãos ambientais, além da modificação ou edição de novas portarias, decretos e instruções normativas. Ressalta-se que antes de Bolsonaro completar 2 anos à frente da presidência, a gestão federal “já tinha promovido 57 alterações em políticas públicas ambientais federais no sentido de torná-las mais flexíveis ou inoperantes, sendo que mais da metade delas ocorreu após o início da pandemia” (Fonseca; Bursztyn; Lindoso; et al., 2023, p. 136).

Ricardo Salles foi uma peça fundamental na política antiambientalista de Bolsonaro, designado como ministro do Ministério do Meio Ambiente durante o governo Bolsonaro, adotou uma agenda ambiental favorável a exploração destrutiva da natureza (Cordeiro; Novaes; Barcellos, 2022). A gestão de Salles à frente do Ministério de Meio Ambiente foi caracterizada por muitas declarações polêmicas e medidas que colocaram em risco a proteção socioambiental.

Em 2020, durante uma reunião ministerial, Ricardo Salles em um de seus sucessivos pronunciamentos marcantes, informou aos demais ministros presentes, sobre o que acreditava ser uma oportunidade propiciada pela pandemia da Covid-19. Para o ex-ministro, o governo deveria “aproveitar o momento em que o foco da sociedade e da mídia está voltada para o novo coronavírus para mudar regras que podem ser questionadas na Justiça” (G1, 2020, p. 1). Declarou:

Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação, é de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos³ (G1, 2020, p. 4).

Conforme declarou Salles, seria o momento de realizar uma “baciada” de modificações para enfraquecimento nas regras relacionadas à proteção ambiental e a área de agricultura, evitando críticas e processos judiciais. Conforme aponta um relatório do Observatório do Clima

A ‘boiada’ passou em temas que vão desde a flexibilização do controle da exportação de madeira até a tentativa de liberação de petróleo em áreas sensíveis, passando pelo garrote orçamentário, pelo loteamento de órgãos ambientais com policiais militares sem conhecimento técnico e pela proposta de extinção do Instituto Chico Mendes, entre vários outros. Na Agricultura, a falha em aprovar o chamado ‘PL da Grilagem’ (2.633) levou o ministério à criação, por portaria, do programa ‘Titula Brasil’, que delega aos municípios a titulação de terras públicas ocupadas de forma irregular (Werneck; Sordi; Araújo; et al., 2021, p. 4).

³ Transcrição de trecho da fala do ex-ministro, Ricardo Salles, em uma reunião ministerial ocorrida no dia 22 de abril de 2020.

Dessa maneira, com o enfraquecimento das políticas ambientais, o meio ambiente brasileiro passou por situações de vulnerabilidade, as práticas de atividades que promovem a espoliação da natureza tiveram crescimento durante o governo de Bolsonaro. Assim, o ex-presidente fragilizou e destituiu a autonomia de órgãos públicos e instituições que desempenham ações fundamentais para manutenção e preservação de ecossistemas e proteção à nação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise do capital tem propiciado cada vez mais a exploração do meio ambiente, demonstrando seu lado sombrio e perverso, provocando consequências irreparáveis à natureza e ao ser humano. A ascensão de Bolsonaro a presidência, dentre o período de 2019-2022 demarca um capítulo obscuro no cenário das políticas sociais e ambientalistas no Brasil. A gestão do ex-presidente apontou-se para a aceleração das forças produtivas do capital na natureza, representando o desinteresse na agenda ambiental.

Ressalta-se que o debate e ações que promovem a concepção de sustentabilidade sob o sistema capitalista não designam as transformações que são fundamentais para reverter o processo de destruição ambiental. Em movimento contrário, as inclinações das políticas ultraneoliberais aprofundaram os dilemas socioambientais, haja vista que as crises ambientais são encaradas a partir de mecanismos que privilegiam o mercado.

Dessa maneira, é preciso repensar as estruturas do modelo socioeconômico vigente. Para haver uma recuperação concreta da natureza, é necessário cessar o modelo de produção e consumo capitalista. De acordo com Antunes (2020), essa premissa só é possível pela construção de um novo modelo de metabolismo social oposto ao capital, visto que o metabolismo social sustentado pelo capitalismo é destruidor, em que destrói o trabalho, destrói a natureza e, consequentemente, a vida humana.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza; SILVA, Maria das Graças e. O metabolismo social e sua ruptura no capitalismo: aspectos históricos e sua configuração na etapa da financeirização da natureza. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 151–173, 2021. DOI: 10.9771/gmed.v13i2.45306. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/45306>. Acesso em: 14 jun. 2024.

CORDEIRO, Manuela Sousa Siqueira; NOVAES, Roberta Brandão; BARCELLOS, Sérgio Botton. A questão ambiental e o governo Bolsonaro: entre conflitos ambientais e ideias conspiratórias. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 263–276, 2022. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/799>. Acesso em: 20 dez. 2024.

DA SILVA, Ana Carolina A. Borges; GENNARI, Adilson Marques. Destruição ambiental e desigualdade social: dois lados do mesmo processo de desenvolvimento capitalista. **Revista Fim do Mundo**, Marília, SP, v. 1, n. 02, p. 19–40, 2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/10213>. Acesso em: 27 mar. 2025.

DAMASCENO, Wagner Miquéias. A crise ambiental no capitalismo contemporâneo. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 28, n. 52, p. 54–70, 2024. DOI: 10.23925/ls.v28i52.64323. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/64323>. Acesso em: 24 mar. 2025.

ENGELS, Friedrich. **Dialética da Natureza**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

FOLADORI, Guillermo. O metabolismo com a natureza. **Crítica marxista**, v. 12, p. 105–117, 2001. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo7505folad.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

FONSECA, Igor Ferraz da; BURSZTYN, Marcel; LINDOSO, Diego Pereira; et. al. A DESCONSTRUÇÃO ORGANIZADA DA POLÍTICA FLORESTAL NO BRASIL: estratégias de desmantelamento e de resistência. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; SILVA, Michelle Moraes de Sá e; LEOPOLDI, Maria Antonieta (org.). **DESMONTE E RECONFIGURAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (2016- 2022)**. 1ª ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2023. p. 125–155. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11945/1/220426_LV_Desmontes_Cap05.pdf. Acesso em: 16 dez. 2024.

FOSTER, John Bellamy. **A Ecologia de Marx: materialismo e natureza**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett. Marxismo e a dialética da ecologia. **Crítica marxista**, v. 50, p. 171–191, 2020. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19009/13502>. Acesso em: 18 mai. 2024.

G1. Ministro do Meio Ambiente defende passar ‘a boiada’ e ‘mudar’ regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. **G1**, 22 de maio de 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: 10 dez. de 2024.

GRESPLAN, Jorge. **Marx: uma introdução**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

KRUSE, Bárbara Cristina; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Reflexões críticas acerca do desenvolvimento (in)sustentável. **Revista IDEAS**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 1-24, 2022. Disponível em: <https://revistaideas.ufrrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/322>. Acesso em: 22 mar. 2025.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. 4ª reimp. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁRO, Istvan. **A Teoria da Alienação em Marx**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

MISOCZKY, Maria Ceci; BÖHM, Steffen. Do Desenvolvimento Sustentável à Economia Verde: a constante acelerada investida de capital sobre a natureza. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, nº 3, p. 546–568, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/QHPyj5pmtRQ5QnRMDLJbJxk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2025.

NUNES, Carla Alessandra da Silva; PEREIRA, Adriana Carla de Jesus. Devastação Ambiental no Governo Bolsonaro: desvendando um mito. **Argum.**, Vitória, v. 16, n. 3, p. 59-73, set./dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/43934/32677>. Acesso em 22 dez. 2024.

PAIVA, Beatriz Augusto de; SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de; CARDOSO, Maísa Gonçalves. Renda da Terra e Superexploração da Força de Trabalho: sentidos da luta de classes e extração de valor no capitalismo pendente. **Novos Rumos**, Marília, v. 58, n. 1, p. 105-117, Jan-Jun., 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/12091/7355>. Acesso em: 18 mar. 2025.

SAITO, Kohei. Os Cadernos Ecológicos de Marx. **Crítica Marxista**, n.50, p.193-213, 2020. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2021_03_19_11_47_09.pdf. Acesso em: 18 mar. 2025.

SILVA, Andréa Lima; SIMIÃO, Luciana do Nascimento. A Política Socioambiental no Brasil: de Lula à Bolsonaro e o triunfo do capital. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES/AS EM SERVIÇO SOCIAL - ENPESS, 18., 2024, Fortaleza. **Anais [...]** Fortaleza, 2024. p. 1-15. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/04166.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2025.

VIANA, Nildo. Capitalismo e destruição ambiental. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 10, n. 3, p. 179–192, 2017. DOI: 10.5216/ag.v10i3.44854. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateliê/article/view/44854>. Acesso em: 27 mar. 2025.

WERNECK, Felipe; SORDI, Jaqueline; ARAÚJO, Suely; et al. “**Passando a boiada**”: o segundo ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro. Observatório do Clima, 2021. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/03/Passando-a-boiada-1.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2024.

ZACARIAS, Rachel Santos. Do “Desenvolvimento Sustentável” à Economia Verde: as falsas propostas do capital em época de crise. **Temporalis**, [S. l.], v. 12, n. 23, p. 125–151, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2913>. Acesso em: 24 mar. 2025.